

RESSALVA

Atendendo solicitação do(a) autor(a), o texto completo desta dissertação será disponibilizado somente a partir de 29/03/2020.

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

CAUÊ RAMOS ANDRADE

**OS LIMITES E AS CONTRADIÇÕES DO NOVO DESENVOLVIMENTISMO:
CONTRIBUIÇÕES PARA A CRÍTICA A PARTIR DA TEORIA MARXISTA DA
DEPENDÊNCIA (TMD)**

**FRANCA
2018**

CAUÊ RAMOS ANDRADE

**OS LIMITES E AS CONTRADIÇÕES DO NOVO DESENVOLVIMENTISMO:
CONTRIBUIÇÕES PARA A CRÍTICA A PARTIR DA TEORIA MARXISTA DA
DEPENDÊNCIA (TMD)**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do Título de Mestre em Direito. Área de Concentração: Sistemas normativos e fundamentos da cidadania.

Orientador: Prof. Dr. Murilo Gaspardo.

FRANCA

2018

Andrade, Cauê Ramos.

Os limites e as contradições do novo desenvolvimentismo : contribuições para a crítica a partir da Teoria Marxista da Dependência (TMD) / Cauê Ramos Andrade. – Franca : [s.n.], 2018.

160 f.

Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientador: Murilo Gaspardo.

1. Estado. 2. Desenvolvimento econômico. 3. Desenvolvimento social. 4. Capitalismo. I. Título.

CDD – 341.201

CAUÊ RAMOS ANDRADE

**OS LIMITES E AS CONTRADIÇÕES DO NOVO DESENVOLVIMENTISMO:
CONTRIBUIÇÕES PARA A CRÍTICA A PARTIR DA TEORIA MARXISTA DA
DEPENDÊNCIA (TMD)**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do Título de Mestre em Direito. Área de concentração: Sistemas Normativos e Fundamentos da Cidadania.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____

Prof. Dr. Murilo Gaspardo

1º Examinador: _____

2º Examinador: _____

Franca, _____ de _____ de 2018.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a meus pais, Agda e Anderson, que me ensinaram pelo exemplo a importância da sensibilidade quanto ao sofrimento do próximo, e cuja luta infinita contribuiu e contribui para isentar o meu percurso das muitas dificuldades por eles enfrentadas na juventude de suas vidas. Porque constituem Minh' alma, carrego vocês orgulhosamente comigo por cada passo dado, derrota sofrida ou vitória conquistada.

Agradeço às minhas avós, Leda e Luzia, e minha bisavó, Maria, pela sua enorme contribuição à minha formação enquanto ser humano. Vocês constituem, de vias e formas distintas, a grande admiração que possuo pela força do gênero feminino, e representam a profunda ligação que mantenho com os caminhos trilhados pelos meus antepassados, cuja experiência procuro honrar e sinto me marcar profundamente.

Agradeço à minha irmã, Gabriela, a quem tive a oportunidade de nomear, e, em recompensa, presenteia-me desde então com a experiência genuína da lealdade e do companheirismo. Passe o tempo, a distância e a transformação, permanecerá sempre a certeza de que você, dentre todos os demais, é a única pessoa com a capacidade de compreender plenamente quem eu sou, como eu sou, e porquê eu sou.

Agradeço aos meus irmãos, Estevan e Lucas, a quem tive o privilégio de ver crescer desde os primeiros passos, e conforme superam os ainda vigentes desafios da juventude, surpreendem-me cada vez mais com a beleza e a intensidade de suas personalidades – entremeadas, ousado dizer, com vestígios e semelhanças de mim. Guardo para vocês um espaço de destaque, ao alto e à direita, no meu coração. Espero não só contribuir para que se sintam sempre amados e seguros, mas também, através de minha presença, exemplo e discurso, para a formação de sua sensibilidade política e cidadã.

Agradeço a Stéfanie Spezamiglio, minha querida companheira. A originalidade e o fervor da tua luta abalaram as próprias bases do meu ser, e são responsáveis por iniciar o processo de reorganização das ânsias internas que permaneceram por muito tempo indirecionadas, transformando-me no melhor de mim. Certamente, este trabalho deve muito a ti, que além de nutrir-me continuamente com o seu amor durante toda a sua elaboração, orientou e construiu comigo a caminhada pelo marxismo, que me serve de linguagem para o protesto manifesto nestas páginas. A tua presença me dá forças para suportar o ônus da desalienação e insistir na tarefa - muitas vezes ingrata - de expressar a indignação e batalhar contra a tristeza e o medo patentes em nossa realidade capitalista, dependente e autoritária.

Agradeço aos meus queridos amigos Marcela Dias Barbosa, Luiz Adriano Moretti e Jéssica Raquel Sponchiatto, pela cumplicidade, pelo exemplo e por todo o apoio prestado nestes últimos anos. As razões pelas quais os lembro aqui são várias; a mais relevante, no entanto, é a forma como estar com cada um de vocês me transporta sempre para o melhor de nossos anos nesta universidade, que encerraram uma experiência maravilhosa, psicodélica e nada solitária de autoconhecimento. Sou muito orgulhoso de que tenhamos partido do mesmo lugar, que sigamos a mesma carreira e que tenhamos tanta identidade ideológica. São, sinceramente, as melhores pessoas que conheço; comemoro as suas vitórias e cada uma delas me motiva a tornar-me a melhor pessoa e o melhor educador que posso ser.

Agradeço, finalmente, a Murilo Gaspar do, um *eu-lírico* silencioso desta obra e um caro amigo. Você constituiu durante estes anos uma incrível força de motivação, e apesar de nossa linguagem divergente para tratar muitos dos temas aqui enfrentados, a sua incrível empatia e capacidade de diálogo ante a diferença fizeram do seu contraponto uma rica fonte de reflexão. Sou grato pela oportunidade de trilhar meu desenvolvimento intelectual ante a sua tutela, grato pela paciência e temperança com que respondeu às minhas ansiedades ou indecisões, e, antes de tudo, grato pela sua flexibilidade, que manifesta a tão rara compreensão entre nossos colegas de academia do processo de aprendizado como o incentivo para que outro busque ou aprofunde sua própria compreensão do mundo – não, portanto, uma oportunidade de imposição ideológica. Esta instituição – onde me formei e pela qual guardo tanto carinho - certamente ganha muito com a sua contribuição, e espero que possa dela disfrutar por muitos anos.

La democracia es un lujo del norte. Al sur, se le permite el espectáculo, que eso no se le niega a nadie. Y a nadie molesta mucho, al fin y a cabo, que la política sea democrática, siempre y cuando la economía no lo sea. Cuando cae el telón, una vez depositados los votos en las urnas, la realidad impone la ley del más fuerte, que es la ley del dinero. Así lo quiere el orden natural de las cosas. En el sur del mundo, enseña el sistema, la violencia y el hambre no pertenecen a la historia, sino a la naturaleza, y la justicia y la libertad han sido condenadas a odiarse entre sí.

- Eduardo Galeano, "El Libro de Los Abrazos".

ANDRADE, Cauê Ramos. **Os limites e as contradições do novo desenvolvimentismo: contribuições para a crítica a partir da Teoria Marxista da Dependência (TMD)**. 2018. 160 f. Dissertação (Mestre em Direito) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2018.

RESUMO

Investiga os limites e as contradições que podem ser apontados na interpretação Novo Desenvolvimentista sobre o caráter do desenvolvimento dependente e o papel que nele assume o Estado Capitalista partindo das teses e fundamentos propostos pela Teoria Marxista da Dependência (TMD). Para tanto, parte da compreensão de que o Novo Desenvolvimentismo é uma corrente de pensamento comprometida com o objetivo de oferecer um modelo explicativo dos entraves característicos à progressão histórica do capitalismo nas sociedades periféricas industrializadas e, ao mesmo tempo, em constituir-se numa ideologia reformista capaz de organizar o Estado e as classes internas em torno de um Projeto Nacional de Desenvolvimento que congregue o crescimento econômico com a equidade social. À sua vez, compreende a TMD como uma corrente de pensamento essencialmente crítica e antagônica à utopia do desenvolvimento na periferia, voltada para explicitar os imperativos que vinculam o capitalismo dependente às dimensões de barbárie do modo de produção, notadamente a superexploração da força de trabalho, e também a cumplicidade que assumem quanto a estes imperativos a forma-Estado e a prática política da classe dominante internas.

Palavras-chave: novo desenvolvimentismo. dependência. Estado. desenvolvimento.

ANDRADE, Cauê Ramos. **Limits and Contradictions on the New Developmentalism: contributions to critic from the Marxist Theory of Dependecy (TMD)**. 2018. 160 f. Dissertation (Master in Law) – School of Humanities and Social Science, São Paulo State University “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2018.

ABSTRACT

Inquires about the limits and contradictions that can be perceived in how New Developmentalism interprets the nature of dependent development and the role played by capitalist state in it, parting from the theses and foundations proposed by the Marxist Theory of Dependence (TMD). In the pursuit of this objective, the approach undertaken parts from the understanding that New Developmentalism is a current of thought committed to offer an explanatory model of the characteristic obstacles to the historical progression of capitalism in the industrialized peripheral societies and, at the same time, that it constitutes a reformist ideology committed to organize the state and the inner classes around a National Development Project that brings together economic growth with social equity. At the same time, TMD is understood as a current of thought essentially critical and antagonistic to the utopia of development in the periphery, concerned to explain the imperatives that link dependent capitalism to the dimensions of barbarism of the mode of production, notably the superexploitation of the labor force, and also the complicity assumed by these imperatives in the political form and political practice of internal ruling classes.

Keywords: new developmentalism. dependency. State. development.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1 A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA (TMD) E O PROBLEMA DO DESENVOLVIMENTO NA PERIFERIA DO CAPITALISMO.....	18
1.1 A Teoria Marxista da Dependência (TMD) e a Economia Política do Subdesenvolvimento	18
1.2 A Integração Monopólica dos Sistemas Produtivos, a Industrialização Brasileira e os Centros Médios de Acumulação.....	34
1.3 O Subimperialismo: a chegada do Capitalismo Dependente à Fase dos Monopólios e do Capital Financeiro.....	47
CAPÍTULO 2 O NOVO DESENVOLVIMENTISMO E A RETOMADA DA IDEOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO NO BRASIL.....	62
2.1 O Período Neoliberal no Brasil e as Razões do Novo Desenvolvimentismo	62
2.2 O Político, as Classes e a Ideologia do Desenvolvimento	79
2.3 A Crítica do Ortodoxia Convencional e a “Nova Estratégia de Desenvolvimento” ...	94
CAPÍTULO 3 A DEPENDÊNCIA E OS LIMITES DA IDEOLOGIA NOVO DESENVOLVIMENTISTA.....	110
3.1 Novo Desenvolvimentismo e Teoria Marxista da Dependência (TMD): visões antagônicas sobre o Estado e o Desenvolvimento na periferia do capitalismo	110
3.2 Elementos para a crítica da TMD à “Nova Estratégia de Desenvolvimento”	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	141
REFERÊNCIAS.....	151

INTRODUÇÃO

A investigação pretendida por este trabalho situa-se em meio a duas crises. A primeira consiste na crise da Teoria Geral do Estado (TGE). No discurso dominante, este campo estruturou-se sobre os pressupostos filosóficos do positivismo jurídico e sociológico de seus principais precursores, tendo por consequência a generalização de uma visão do fenômeno estatal que ora o identifica com os aspectos da experiência de centralização política típica da construção dos Estados Nacionais Europeus, ora o reduz ao próprio ordenamento jurídico, mascarando as profundas mutações no papel do Estado nas diferentes regiões e fases do capitalismo mundial e obscurecendo as suas irreduzíveis relações com os demais domínios da totalidade social (STUCHI, 2015, p. 30-36, 72-87). Por sua vez, a segunda consiste na crise política e ideológica do Estado Neoliberal no Brasil do início do século XXI, que se expressa no aquecimento da disputa sobre a sua agenda econômica e fornecerá a base para a retomada no campo teórico de projetos ou discursos alternativos edificados no século passado e atropelados pela onda neoliberal dos anos 1990. Dentre estes, destaca-se a retomada do discurso do desenvolvimento, reinterpretado pelo movimento político e intelectual autodenominado “Novo Desenvolvimentismo” (FILGUEIRAS, 2006; BRESSER-PEREIRA, 2006; MATTEI, 2013).

No que tange à primeira, a urgência da reformulação nos seus pressupostos teóricos resulta do avanço do processo de globalização e com ele do discurso da crise do Estado, que reflete a erosão do paradigma no qual o político mantém dominância na imposição de seus desígnios sobre os demais processos integrados à totalidade social, principalmente sobre as relações econômicas e os atores afinados a esta nova ordem. Concomitantemente a este processo, mostra-se premente a tomada de consciência do lugar do discurso referente aos espaços subordinados do capitalismo mundial, que se manifesta através das pressões para a quebra do monopólio europeu e norte-americano sobre a definição das categorias e outras formas de compreensão espiritual do mundo social. O risco a que recai o imobilismo das construções teóricas desta disciplina ante ao duplo contexto seria o de ter esvaziado o seu poder explicativo sobre o próprio objeto de pesquisa, uma vez que o anacronismo das suas principais categorias, criadas ao longo dos últimos dois séculos como reflexo do contexto particular ao seu momento histórico e da localização espaço-temporal de seu discurso, não permitem acomodar as mutações na constituição, função e limites do Estado na contemporaneidade.

O anacronismo e o aspecto colonialista da visão dominante têm sido ressaltados por importantes interlocutores do debate acadêmico nacional vinculados à escola de direito da Universidade de São Paulo (USP). Nesta interpretação, a crítica remonta os argumentos levantados pela corrente materialista histórica, embasando-se principalmente nas contribuições dadas pelo socialista e reformista alemão Herman Heller. A perspectiva privilegiada de Heller está na sua inserção nos famosos debates de Weimar, quando fez oposição direta tanto aos tradicionalistas, que se propunham a continuar operando os velhos esquemas enciclopédicos da TGE legados por Jellinek e Gierke, quanto às novas propostas que identificavam sob prismas diferentes a Teoria do Estado com a Teoria da Constituição, seja pela exacerbação de seu aspecto político, como fazem Schmitt e Smend, ou do seu aspecto jurídico-normativo, como faz Kelsen. Contra estas concepções, Heller propunha a conversão da TGE em uma “ciência da realidade”, cujo objeto seria a investigação da “[...] função do Estado dentro da realidade social concreta, rejeitando-se a ideia de que o Estado é invariável, constante ao longo do tempo.” (STUCHI, 2015, p. 93).

Apesar de jamais haver logrado organizar uma teoria com rigor sistemático, em muito por sua morte precoce em 1933, e de suas ponderações refletirem uma apologia do Estado Social em muito superada com a crise do fordismo, o argumento é que a proposta de Heller abre espaço para a defesa de uma reformulação da disciplina que considere a especificidade histórica dos Estados concretos, situando-os de maneira dialética ante ao seu posicionamento espaço-temporal e às suas múltiplas conexões com as dimensões da totalidade social – o que implica em considerá-lo também como uma totalidade de relações não somente jurídicas, mas também políticas, econômicas, sociológicas, éticas etc. (STUCHI, 2015, p. 151-153, 182-199; TOJAL, 1997, p. 136-138) ^{1 2}. Um dos eixos desta transformação está na sua forma de conceber a soberania. Para Heller, a ideia de soberania não está fundada em um pressuposto ideal e axiológico da ordem jurídica, consubstanciado na norma fundamental que manda obedecer ao soberano, mas na própria formação real da vontade estatal em meio às relações

¹ “Em razão das transformações do próprio Estado e das ciências sociais e jurídicas, poderíamos afirmar que a teoria do Estado Social de Heller está superada, com a perda da autoridade estatal e da soberania na regulação da economia, como afirmou Thomas Vesting, citado por Bercovici (2004a: 165), No entanto, isso não significa que seu trabalho, especialmente a sua concepção de organização não possa abrir novas perspectivas, não necessariamente para restaurar o Estado, mas para compreender as novas tarefas estatais num complexo social de múltiplas entidades com poder de auto-organização.” (STUCHI, 2015, p. 151).

² “[...] o Estado deve voltar a ser objeto dos estudos do direito público, mas não o Estado entendido como o próprio ordenamento jurídico, como o concebeu Kelsen, mas como realidade social, como unidade na pluralidade, como o postulou Heller. O Estado deve ser estudado por meio de uma teoria cujos fundamentos rompam com o conhecimento fragmentado em infinitas disciplinas e que não transforme um modelo de Estado particular num conceito geral e abstrato. É preciso jogar luz para a posição que ocupam na relação centro-periferia.” (STUCHI, 2015, p. 153).

de poder constituídas na sociedade. A questão da soberania, então, passa a ser planteada nos termos da dialética entre o político e o jurídico em processos de condensação e unificação territorial dos fatores reais de poder na sociedade nacional, que só então podem se corporificar enquanto decisões normativas integradas ao ordenamento (STUCHI, 2015, p. 131-135).

Este fundamento é levantado para sustentar que, partindo de uma perspectiva realista que considere a especificidade histórica no tempo e no espaço mundial, torna-se intuitivo perceber que “[...] os Estados europeus e os Estados na América Latina não são os mesmos e não podem ser estudados como um objeto uniforme, que possui as mesmas particularidades.” (STUCHI, 2015, p. 198, 211). A questão do Estado na periferia do capitalismo ganha outros contornos. Ela passa ser atravessada pelas relações de poder, que por sua vez são atravessadas pela integração subordinada da região ao mercado mundial. Isto impõe ao esforço científico neste campo a necessidade de se empoderar de ferramentas teóricas capazes de evidenciar não só as características assumidas pelo capitalismo periférico, mas também os efeitos produzidos pelos vínculos dialéticos que mantém com o mercado mundial na reprodução da forma política em seu interior. Tendo em vista estes vínculos, torna-se extremamente frágil a transposição direta a estas formações econômicas e sociais do paradigma tradicional da soberania atribuída ao Estado enquanto um poder “absoluto e perpétuo”. Afinal, na periferia a autonomia da organização política interna em ordenar segundo os seus desígnios o processo social esteve sempre atravessado e restringido pela influência de fatores externos (STUCHI, 2015, p. 207).

Dentre as interpretações teóricas capazes de defender a especificidade do capitalismo latinoamericano e lançar luz às características, funções e limitações assumidas pelo Estado Nacional nesta localização do capitalismo mundial, situa-se a Teoria Marxista da Dependência (TMD). O destaque desta corrente teórica deve-se não somente ao fato de que constitui uma mirada local sobre o processo social do subcontinente, avançada quase exclusivamente por pesquisadores nativos, mas também porque constituiu-se no principal arauto das contradições acumuladas no ciclo desenvolvimentista, utilizando-se da ideia de dependência para explicitar em diversas dimensões a impossibilidade de replicação da condição gozada pelos centros desenvolvidos na periferia do capitalismo mundial. Em suas propostas precursoras, a TMD buscará analisar as transformações sofridas pelo capitalismo latinoamericano nas décadas de 60 a 80, justamente quando o nacional-desenvolvimentismo começa a demonstrar sinais de exaustão. Trata-se de um cenário extremamente conturbado de transformações políticas e sociais no cenário nacional e internacional, no qual estruturam-se

as determinantes que regeriam a acumulação mundial no último quarto do século XX (OSÓRIO, 2009, p. 71-91; PRADO, 2015, p. 76-93; SANTOS, 2000, p. 17-37).

Entre estes determinantes destacam-se a agência ideológica das potências hegemônicas no contexto bipolar da guerra-fria, a eclosão das ditaduras militares no subcontinente, a consolidação do industrialismo periférico com a manutenção da desigualdade social e o aprofundamento de seus laços com o capital internacional, que já aparecia orientado por estratégias globais expansivas em um prelúdio do processo de mundialização capitalista (PRADO, 2015, p. 76-83). Diferentemente do que antecipavam as “teorias da modernização” latinoamericanas, o conjunto destes fatores pareciam indicar para as nações periféricas a permanência da sua inserção subordinada no capitalismo mundial mesmo após a sua industrialização, deslocando a idealização de um capitalismo “organizado” e isento de contradições. Empoderando-se deste fato e na contramão do discurso dominante, as conclusões da TMD enveredarão para a constatação de leis tendenciais no capitalismo periférico com profundas consequências na sua dinâmica política e econômica. Na sua visão, a construção histórica das sociedades latinoamericanas seria responsável por reforçar a dimensão de barbárie do modo de produção, aprofundando a exploração de classe em resposta à necessidade estrutural de compensar a debilidade de suas forças produtivas no ambiente de mercado (MARINI, 2000, p. 135-151; OSÓRIO, 2009, p. 109-119).

Neste sentido, a dependência reproduzir-se-ia de forma ampliada *pari pasu* com a diferenciação da sociedade e a elevação dos padrões técnicos da produção, firmando relações entre o interno e o externo que asseveram ausência crônica de controle sobre o próprio processo econômico. A visão dialética da totalidade social também impõe o reflexo da dependência na própria composição das classes dominantes internas, gerando vínculos de solidariedade entre a sua base de poder e os fatores que impõe a extroversão dos centros de decisão econômica. Por conta disso, seria inviável a ideia de um Estado comandado pela burguesia industrial como promotor do desenvolvimento nacional em benefício de todas as classes (MARINI, 2014 p. 158-161; OSÓRIO, 2009, p. 98-99; 2014, p. 205-209). O caráter excludente e desigual do desenvolvimento periférico imporia uma barreira intransponível à perspectiva de compatibilizar a progressão das forças produtivas com a elevação duradoura do padrão de vida da população a níveis eticamente aceitáveis, impondo que justiça e desenvolvimento só pudessem ser alcançados à margem do modo de produção, através de um projeto revolucionário de sociabilidade capaz de suprimir nas sociedades dependentes tanto a

subordinação imperialista quanto o caráter capitalista das relações de produção (MARINI, 2000, p. 159-165; OSÓRIO, 2014, p. 206-207).

A visão da TMD acerca do capitalismo e do Estado expressa uma nítida contraposição às premissas levantadas pelo Novo Desenvolvimentismo, que ao recorrer à utopia do desenvolvimento como meta de seu programa de ação enquadra-se nas fileiras das chamadas “teorias da modernização”. Estas teorias, cuja origem remonta ao conflito ideológico do pós-segunda guerra mundial, dedicam-se explicar os determinantes das diferenças apresentadas entre as regiões do capitalismo que já se expandia a uma escala planetária. O primeiro passo neste sentido foi dado por teóricos situados no norte geopolítico com a criação de visões etapistas do processo histórico, que situavam a ideia de desenvolvimento como um processo linear através do qual todas as nações poderiam alcançar eventualmente o estágio de modernidade gozado pelos países centrais, desde que repetissem os passos de sua experiência (PRADO, 2015, p. 44-56; SANTOS, 2011, p. 331-340). Entretanto, a forma como esta idéia internalizou-se na América Latina deveu-se à reconcepção destas teorias a partir de uma visão local e parcialmente crítica, que apesar de recepcionar a utopia do desenvolvimento enquanto um horizonte possível no modo de produção, ancorou seu diagnóstico das “causas do subdesenvolvimento” à ação inibidora dos países e economias centrais sobre as nações periféricas. Nesta visão, este encaixe imporia à periferia a permanência em um estágio “pré-capitalista”, deslocando-as para o desempenho de uma função de fornecedor de matérias primas e alimentos para o mercado mundial (DIAS, 2012, p. 49-60; PRADO, 2015, p. 56-75).

A importância particular das “teorias da modernização” está em que forneceram a base para a difusão do ideário reformista no plano latinoamericano. A ideia de reforma do capitalismo tem como centro de gravidade a suposição de que apesar de potencialmente virtuoso para a promoção do progresso através da libertação do homem em relação às limitações impostas sobre ele pelas suas condições materiais de existência, a lógica privada que orienta o capitalismo está fadada a gerar a instabilidade cíclica e as deformações nos termos em que se distribui o produto social que alimentam a desigualdade e a exclusão. Em suas variadas formas de discurso, para o reformismo a solução para este quadro estaria fundamentalmente na atuação do Estado como um mecanismo supletivo e auxiliar do mercado, garantindo através de mecanismos jurídico-políticos a contenção das crises e a adequação dos padrões de distribuição do produto social às necessidades gerais da população. O auge desta concepção se deu com a difusão das ideologias gerenciais no pós-guerra, impulsionadas pelo sucesso no plano da teoria econômica do keynesianismo, que introduziu

no discurso científico a temporização do capitalismo através das crises cíclicas e ratificou o intervencionismo estatal para contrarrestá-las e garantir o pleno emprego dos fatores de produção (FIORI, 2003, p. 48-54; MESZÁROS, 2005, p. 63-65).

Nestes termos, estas interpretações teóricas fornecerão ao reformismo latinoamericano não somente um quadro ideológico sobre o qual assentar a sua utopia de um “capitalismo organizado”, utilizando para isto a forma específica da ideia de desenvolvimento, mas também um receituário claro de quais tarefas seriam necessárias para alcançar este horizonte utópico. Este receituário estará originalmente vinculado ao nacionalismo e ao intervencionismo como formas de impulsionar o processo de industrialização por substituição de importações, iniciado já na década de 30 e que constituiria a matriz condutora do programa governamental das nações mais dinâmicas do subcontinente até o final dos anos 80 (FONSECA, 2004; MOLLO; FONSECA, 2013). O sucesso desta formatação aproveitou-se da simbiose assumida entre o prescricionário das teorias da modernização e os interesses imediatos das frações de classe ascendentes na conjuntura, notadamente a burguesia industrial, formando o movimento político e intelectual conhecido como nacional-desenvolvimentismo. Este termo será utilizado para identificar a uma só vez a dinâmica política, econômica e o discurso ideológico que alcançou grande difusão durante todo o ciclo industrializante, quando a busca do desenvolvimento passou a justificar os projetos políticos emanados da cúpula estatal, auxiliando a sua transmutação na consciência social desde as pretensões classistas dos grupos dominantes para a imagem de necessidades inadiáveis do progresso cuja solução beneficiaria toda a sociedade nacional (PRADO, 2015, p. 58-75).

É em meio a este contexto que se pode compreender o “Novo Desenvolvimentismo”. Trata-se de uma corrente de pensamento que têm como premissa o resgate da visão difundida pelas “teorias latinoamericanas do desenvolvimento”, atualizando-a para refletir não só a conjuntura atual, mas também os avanços logrados nas teorias econômica e política. Através desta reconcepção, busca caracterizar-se como uma terceira via ao lado da antiga abordagem desenvolvimentista e as concepções de matriz neoliberal que se tornaram dominantes nos anos 90, afirmando a sua originalidade exatamente na tentativa de compatibilização dos aspectos positivos de cada uma delas (BRESSER-PEREIRA, 2006, 2010, 2016). Como premissa fundamental, o “Novo Desenvolvimentismo” postula que a promoção do desenvolvimento na periferia não constitui uma utopia, mas um horizonte possível, cujo alcance depende apenas da mobilização social em nível nacional para superar as dissensões imediatas entre as classes e grupos e promover de forma unitária os interesses da

nação. O papel de orientação desta mobilização seria cumprido pelo próprio Novo Desenvolvimentismo, que reclama a tarefa de diagnosticar os entraves econômicos ao progresso e desenhar um plano de ação constituído na “Nova Estratégia de Desenvolvimento” (BRESSER-PEREIRA, 2006, 2010, 2016).

A centralidade dada ao Estado nesta visão da realidade periférica está dada pelo fato de que, assim como no desenvolvimentismo original, o Novo Desenvolvimentismo aposta na capacidade estatal de supervisionar os processos de produção material da vida no território, que no capitalismo são realizados via de regra de forma privada pelos agentes econômicos individuais. Esta condição projetada na forma política decorre da sua compreensão como o representante por excelência da comunidade nacional, do que implica a necessidade de legitimar e prestar contas das ações compreendidas no projeto político dominante ante a composição heterogênea deste corpo social. Além disso, por constituir-se em um centro de acumulação de poder, a instância estatal teria condições de agir de maneira centralizada, movimentando mecanismos jurídico-políticos para reordenar o processo econômico e impedir que a ação dispersa dos agentes individuais reproduza as tendências deletérias do capitalismo subdesenvolvido (GURRIERI, 1987; BRESSER-PEREIRA, 2004; 2006a). O Estado passa, então, a ser visto menos como uma entidade política atravessada por processos de dominação e distribuição do poder, e mais como um potencial centro de inteligência supletivo do mercado, situado acima e aparte do processo econômico.

Frente a este processo de retomada da utopia do desenvolvimento representado pela ascensão Novo Desenvolvimentista, cabe ao pensamento crítico questionar novamente sobre quais os seus limites e quais as suas contradições. Afinal, passado mais de meio século desde a publicação das contribuições desenvolvimentistas precursoras, permanecem descumpridas as suas promessas de equidade para com o destino da classe trabalhadora. Engajando-se nesta tarefa, o presente trabalho pretende responder a seguinte questão: seria possível ratificar, partindo de uma compreensão realista e materialista do Estado, a hipótese Novo Desenvolvimentista da possibilidade de ampliar de simultaneamente as funções econômicas e sociais da forma política para liderar um processo autossustentado de crescimento com equidade, sem romper com os laços internos e externos de dependência que atravessam a formação econômica e social? Para responder esta questão fundamental, a investigação se estruturará ao redor de outras três indagações instrumentais e específicas: a) como a Teoria Marxista da Dependência (TMD) enxerga a especificidade do capitalismo dependente brasileiro? b) como o Novo Desenvolvimentismo enxerga o Estado em meio à sua proposta de

uma “Nova Estratégia de Desenvolvimento”? c) quais limitações e contradições podem ser apontadas no discurso Novo Desenvolvimentista acerca do papel do Estado a partir das especificidades do capitalismo dependente brasileiro como apontadas pela TMD?

De forma coerente com o referencial teórico proposto, os supostos metodológicos da investigação enquadram-se no materialismo dialético de matriz marxiana. Desde esta perspectiva, a realidade como se apresenta aos homens de maneira direta e imediata opera em um nível da aparência, relacionada com a necessidade de operacionalizar a práxis cotidiana e ao mesmo tempo como produto dela. Com efeito, a matriz de pensamento que se constitui pela internalização desta forma fenomênica não corresponde ao real, mas a uma representação do real entrecortada pela corporificação e petrificação das condições históricas (KÓSIC, 2002, p. 19). Por isto mesmo, esta dimensão cognoscível no nível da aparência está envolta em um jogo de ocultação ideológica que obscurece a sua essência, a sua estrutura interna, em favor da reprodução das formas assumidas pelas relações sociais historicamente dominantes. Nesta superfície, os fenômenos tornam-se opacos e dissimulam as suas contradições internas. A questão fundamental do conhecimento, então, corresponde à explicitação da essência dos fenômenos, em contraposição à aparência imediata, o que implicará na necessidade de decompor a expressão direta dos fenômenos, buscando separar o que é secundário do que é essencial, “[...] já que só através dessa separação se pode mostrar a sua coerência interna, e com isso, o caráter específico da coisa.” (KÓSIC, 2002, p. 18).

É importante ressaltar que o pensamento hegemônico propõe uma postura acriticamente reflexiva, na qual põe “[...] em relação causal as representações fixadas e as condições igualmente fixadas”, acreditando fazer uma análise científica daquelas idéias “[...] ao procurar para elas um equivalente econômico e social.” (KÓSIC, 2002, p. 22). Sobre esta matriz, o método dialético adquire substância eminentemente crítica, uma vez que não aceita o mundo material reificado tal como ele se apresenta, como se fosse algo originário e independente. Ao decompor as manifestações imediatas dos fenômenos em busca de sua essência, ao mesmo tempo dilui as formas reificadas do mundo objetivo e ideal, privando-as de sua pretensa fixidez, naturalidade e pretensa originalidade, para demonstrá-las como “[...] fenômenos derivados e mediatos, como sedimentos e produtos da práxis social da humanidade.” (KÓSIC, 2002, p. 21). Ademais, ao situar-se na reflexão sobre a realidade humano-social, seu campo de atuação situa-se na práxis revolucionária, na medida em que esta, diferentemente da realidade natural, é inteiramente criada pelo próprio homem, do que resulta a sua possibilidade de revolucioná-la (KÓSIC, 2002, p. 23). O que no materialismo

histórico, portanto, têm-se por verdade não se identifica com uma verdade perene e imutável, metafísica e ideal, no que tange ao mundo social. O mundo social é o mundo historicamente situado, de cujo produto e produtor é concomitantemente o homem enquanto ser social. Por isto mesmo, a dialética enquanto desconstrução da realidade reificada só pode ser ao mesmo tempo o processo de reconstrução da realidade sob novos termos, isto é, da revolução da realidade histórica.

Em síntese, portanto, é possível afirmar que “[...] nosso motivo metódico principal consiste em descobrir as tendências – efetivas no nosso presente econômico, sempre considerando que queremos transformar dito presente.” (KORSCH, 1978, p. 109, tradução nossa). Esta consideração erige o problema de qual a realidade histórica sobre a qual a investigação se interpõe, e além disso qual a orientação da práxis revolucionária nela contida. Em relação ao primeiro ponto, sobre a realidade sobre a qual nos debruçamos, a epistemologia marxista nos dará a base para afirmar que “[...] o modo de produção da vida material que condiciona o processo de vida social, política e intelectual”, e que a “[...] totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência.” (MARX; ENGELS, 2008, p. 47). A história humana deve, então, ser interpretada a partir dos modos predominantes de produção da vida social, que adquirem certa regularidade histórica e que determinam o núcleo essencial e a lógica sobre a qual se constroem as formas sociais de consciência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa pretendeu investigar quais limitações podem ser aferidas na forma como o “Novo Desenvolvimentismo”, ideologia política e econômica de notoriedade no cenário nacional, situa o Estado ante o seu modelo teórico de “Desenvolvimento Econômico com Equidade Social”, utilizando para isto a categoria da dependência como teorizada pela Teoria Marxista da Dependência (TMD). Para tanto, partiu da compreensão de que apesar das duas matrizes teóricas desenvolverem as suas principais contribuições de forma deslocada no tempo e para conjunturas diferentes, ambas fornecem uma leitura da processualidade histórica do capitalismo brasileiro e se conectam por uma problemática comum: discutem a possibilidade e os limites do capitalismo na periferia do sistema mundial. Além disso, entende-se que no interior desta problemática, cada uma das vertentes adota como ponto de partida vértices completamente opostos: se o Novo Desenvolvimentismo celebra a “Utopia do Desenvolvimento” como horizonte de modernidade a ser perseguido pelas nações periféricas industrializadas, a TMD descarta a possibilidade do desenvolvimento neste eixo, defendendo a via revolucionária como única saída a situação de “Subdesenvolvimento”.

Para que a investigação aqui proposta se realizasse, primeiramente o esforço se deu em isolar no interior da bibliografia dependentista as categorias que orientam esta corrente de pensamento. Neste movimento, estabeleceu-se a dependência como um traço estrutural que acompanha o desenvolvimento histórico do capitalismo na periferia. Este traço deriva do fato de que as formações econômicas e sociais dependentes se constituem ao redor de relações econômicas controladas desde fora de seu território, as quais permitem uma integração parcial à modernidade capitalista e, ao mesmo tempo, impõe uma inserção subordinada na divisão internacional do trabalho. A dependência, então, internaliza-se e passa a condicionar o processo global de diferenciação social, fazendo com que a reprodução da sociabilidade dentro do marco das relações capitalistas deva reproduzir consigo – e de forma ampliada – a própria dependência. Como consequência, a trajetória social das sociedades dependentes assume o caráter particular de um capitalismo “*sui generis*”, com características próprias que não podem ser equiparadas às do capitalismo em sua forma “pura”, como desfilado pelas nações precursoras da revolução industrial. Desmistifica-se, assim, toda afirmação de que o “subdesenvolvimento” seja uma fase ou etapa em um processo linear de evolução que desembocaria eventualmente nas formas do

capitalismo central, como é típico das ideologias que assumem como horizonte a “utopia do desenvolvimento”.

Ademais, a Dependência conecta-se por vínculos dialéticos irreduzíveis com o modelo de desenvolvimento dos países centrais, idealizado pela “utopia do desenvolvimento”. Estes vínculos são dados pelo fato de que o papel cumprido pelas nações dependentes no mercado mundial permitiu (e sustenta) a especialização progressiva das nações imperialistas em atividades capital-intensivas e dinâmicas, que consolidam sua posição de dominância como centro difusor dos padrões mundiais de produtividade em consumo. O encaixe entre nações com níveis desiguais de produtividade do trabalho, abundância de capital e monopólio tecnológico em um ambiente de mercado engendra uma dinâmica também desigual de divisão do produto social, onde aquelas que adquirem dominância passam a apropriar-se gratuitamente do trabalho não pago produzido fora de seu território. As diferentes formas pelas quais ocorre esta espoliação são reunidas pela TMD na categoria dos mecanismos de transferência de valor. Estes mecanismos não incidem de forma homogênea em cada caso ou conjuntura, mas variam em função da conjuntura e das formas preponderantes de acumulação em cada uma das fases do capitalismo mundial – podem enquadrar-se nesta categoria as relações de intercâmbio desigual entre nações, a remessas de lucros auferidos pelas atividades de exploração das empresas multinacionais e transnacionais, o pagamento de royalties pelo uso da propriedade intelectual, o pagamento de juros ao capital financeiro internacional, entre outros.

Se o valor transferido das nações mais débeis passa a integrar o ciclo do capital nas nações centrais, contribuindo para contrarrestar as consequências do caráter contraditório do capitalismo naquele eixo, para os países dependentes ela significa a fratura do seu ciclo do capital, impossibilitando que ele se reproduza sem recorrer a artifícios de compensação. Como não pode reagir à perda de valor aumentando de forma endógena a produtividade do trabalho, o capital interno recorre ao trabalhador, extraíndo dele a cota adicional de trabalho não pago de que necessita para reproduzir-se. Este processo de compensação é o que a TMD designa por “superexploração da força do trabalho”, e pode ocorrer de diversas maneiras. Na mais comum delas, o capital simplesmente rebaixa o nível geral dos salários, pagando ao trabalhador abaixo do valor inerente à força de trabalho por ele dispendida durante a produção. Entretanto, também pode configurar-se pelo aumento do desgaste do trabalhador no processo de trabalho, a salários constantes. Neste caso, é a intensidade ou a jornada de trabalho que são aumentadas, agravando a condição de saúde do trabalhador e retirando

silenciosamente a força de trabalho que deverá dispende durante toda a sua vida laboral. Em qualquer dos casos, configura-se a transformação do fundo de consumo do trabalhador em fundo de acumulação do capital, contrarrestando a perda de valor decorrente das relações de dependência.

A sociedade fraturada pela superexploração irá construir-se com profundas desigualdades sociais, gerando um quadro onde uma elite cosmopolita inserida em padrões de consumo equivalentes ao centro do capitalismo mundial convive com uma legião de empobrecidos, excluídos e superexplorados, os quais devem lutar para sanar suas expectativas mais básicas de consumo. Esta dualidade na composição social imporá novas fraturas no processo de reprodução do capital. O empobrecimento da população trabalhadora diminuirá seu potencial de participação como consumidora na fase de realização da produção, impondo uma tendência de que o mercado se desenvolva privilegiando como eixo dinâmico o consumo das classes dominantes locais e a demanda externa. Isto significa que não se formam da mesma maneira os vínculos de solidariedade entre o capital e o consumo do trabalho no mercado interno que podem ser observados no capitalismo central. Como a expectativa de consumo para o capitalista está no mercado externo ou na esfera alta do consumo, o antagonismo entre capital e trabalho constituído na fase da produção transita intocado para a fase de realização. Do ponto de vista político, a consequência é a abertura de espaço para a reiteração da superexploração, já que nestas condições ela gera pouco ou nenhum impacto para a dinâmica econômica.

Em contrário às teorias desenvolvimentistas originais, a TMD se concentrará em demonstrar que estas relações fundamentais não serão suprimidas com o desenvolvimento das forças produtivas, a exemplo do advento da industrialização na periferia – pelo contrário, elas continuam a reger o processo social, agora transmutadas para adequar-se à complexificação do sistema mundial. A industrialização periférica não reedita os traços de uma industrialização orgânica, e se perfaz com múltiplos laços de solidariedade com o capital internacional. Esta solidariedade se dá fundamentalmente pela participação dos grandes conglomerados internacionais como fornecedores de bens de capital e financiadores dos projetos industriais periféricos. Primeiro, a disponibilidade de acesso aos bens de capital para a economia industrial através do mercado externo faz com que permaneçam atrofiados na periferia os setores correlatos, engendrando uma industrialização incompleta. Por conta disso, impõe-se novamente a dependência através das relações de monopólio sobre as condições técnicas da produção mantidas pelos atores posicionados no centro geopolítico.

Depois, a internalização do capital externo, geralmente de forma associada ao capital nacional, implica não só na construção de laços patrimoniais que se converterão finalmente em novos mecanismos de transferência de valor, mas também na alienação do controle corporativo sobre a trajetória das empresas, que passarão a pautar-se nas estratégias globais dos grandes “players”.

O panorama social de concentração e distribuição regressiva da renda impactará também no desenvolvimento da produção de bens de consumo manufaturados, com o direcionamento de sua parcela dinâmica para atender à esfera alta da circulação, através da produção de valores de uso que se manifestam nitidamente suntuários em relação à capacidade econômica da classe trabalhadora. A incorporação tecnológica nestas atividades não incidirá no barateamento da cesta de consumo do trabalho, e não se traduzirá na geração de mais-valia relativa pela desvalorização real da sua força, impondo aos olhos do capitalista a necessidade do aumento da massa de mais-valia obtida via a superexploração. A sobreposição da incorporação tecnológica sobre uma base de superexploração da força trabalho, então, elevará a produtividade do trabalho, mas, sem aliviar a pressão imposta sobre o trabalhador para ampliar a massa de mais-valia extraída, apenas aprofunda a concentração de renda e a redundância do trabalho vivo, contribuindo para a expansão do exército industrial de reserva e do subemprego. Formula-se um panorama onde a produção é lançada a patamares superiores enquanto acentua-se ao mesmo tempo a pauperização das massas, alimentando a crescente incompatibilidade entre a escala da produção e o mercado interno, e frustrando completamente a expectativa desenvolvimentista de um desenvolvimento autônomo ancorado no desdobramento deste.

Além disso, o interesse do capital internacional em contribuir com a industrialização nos países dependentes não se expressa por reproduzir ali o mesmo processo e as mesmas estruturas esposadas pelo capitalismo central. Os grandes grupos econômicos que movimentam estes fluxos estão orientados por uma estratégia global de encadeamento produtivo, a partir da qual lhes interessa deslocar as etapas inferiores da produção industrial, geralmente com menor aplicação tecnológica, grande dependência do trabalho e/ou de matérias-primas, para o mundo subdesenvolvido, enquanto mantém concentradas no centro as etapas avançadas ou estratégicas do desenvolvimento produtivo. A partir deste movimento, é dado a estes grupos aproveitar as vantagens comparativas geradas pela escala de desigualdade do desenvolvimento capitalista em nível mundial. Em relação aos países periféricos, esta vantagem se manifesta no baixo custo do trabalho e organização do

trabalho, a disponibilidade e abundância de matérias-primas, a desorganização jurídico-política e as políticas protecionistas do Estado, que se convertem tanto em benefícios ao capital investido no território quanto às mercadorias produzidas, que podem acessar os mercados consumidores domésticos livres das barreiras alfandegárias. Assim, a modernização que se dá nestes termos corresponde ao ingresso em uma nova divisão internacional do trabalho com forte caráter seletivo que exclui em suas raízes a perspectiva do desenvolvimento endógeno, reproduzindo uma estrutura subordinada em relação as etapas superiores da produção e superexploradora no eixo capital-trabalho.

A assunção destes pressupostos evidenciou eixos relevantes da análise dependentista. Primeiro, a filiação Marxista contribui não só com a perspectiva de classe, mas também com o rol categorias econômicas provenientes da teoria do modo de produção capitalista e a visão dialética do mundo social. Juntos, estes fatores viabilizam a percepção da processualidade histórica das formações nacionais desde um ponto de vista complexo e totalizante, entrelaçando não só os elementos internos e externos que interferem nesta dinâmica, mas também as dimensões do político e do econômico. Este trânsito teórico permite à TMD dar um passo adiante em relação as visões desenvolvimentistas para sacramentar a dependência como uma condição orgânica das sociedades nacionais na periferia do capitalismo, afirmando que esta atravessa não só a organização do mercado dentro de certos parâmetros contrastantes com as nações centrais (como no binômio economia primária / economia industrial), mas também os próprios agentes históricos, seus interesses e práticas. Deste ponto de vista, impõe-se uma crítica fundamental à perspectiva da “nação” e dos “projetos nacionais”, onde a dependência e o imperialismo são tipicamente identificados como um inimigo externo da sociedade nacional. É evidente que a situação de dependência impõe consequências gravosas às classes dominadas nos países hospedeiros, mas se as classes dominantes internas são com ela complacentes não pela falta de consciência (alienação), mas porque a prática é coerente com seus interesses objetivos de reproduzir-se enquanto classes dominantes, desaparece a complementariedade que deveria fundar o papel nelas projetado na luta pelo “capitalismo autônomo”.

O mesmo pode ser dito quanto à relação horizontal entre as classes. Enquanto a visão desenvolvimentista concentra-se todos os seus esforços a partir do suposto de que a situação de “subdesenvolvimento” pode ser superada, criando por contraste uma visão utópica do que seria o “desenvolvimento” e das suas potencialidades para os interesses antagônicos das classes, a visão crítica sobre os processos internos de produção da vida material sob o

capitalismo permitem enxergar o desenvolvimento como naturalmente limitado e contraditório em relação aos interesses da classe trabalhadora. O resultado, em um primeiro momento, é uma crítica da utopia do desenvolvimento como a mera implantação do “capitalismo avançado” na periferia. Há muito se dissolveu a imagem propagada nos “anos dourados” do Pós-II Guerra de um capitalismo central isento de contradições. Ademais da exploração de classe como um traço irredutível do modo de produção, avançam até mesmo sobre as principais potências mundiais as ondas de precarização do trabalho, de desemprego e de miséria que por décadas foram associadas somente às nações subdesenvolvidas. Mais importante, entretanto, é a negação de qualquer possibilidade concreta de reproduzir os traços apresentados pelo capitalismo central na periferia sem antes romper com os laços constitutivos da dependência, já que estes laços impregnam as estruturas produtivas, conduzindo a acumulação pela via da transferência de valor, de um lado, e da superexploração, de outro.

Como consequência, qualquer expectativa de transmutação do desenvolvimento nas bases do processo econômico em uma melhora substantiva dos padrões de vida da classe trabalhadora - através, por exemplo, da modernização tecnológica da produção - aparece ontologicamente limitada pela superexploração. Isto não significa afirmar a indiferença entre formas diferentes de conduzir a acumulação no capitalismo. Ao contrário, admite-se que existem formas mais ou menos perversas de relação do capital com a força de trabalho, do que se pode inferir objetivos relativos para a luta da classe trabalhadora na dissolução de padrões de reprodução que favoreçam diretamente e de forma mais intensiva o rebaixamento do trabalhador. Entretanto, significa explicitar que esta luta sempre ocorrerá em um espaço estreito e bem definido de possibilidades, sempre e quando ela assume como pressuposto a manutenção das relações de produção dominantes. Este espaço, que existe em qualquer instância do modo de produção, obviamente apresenta-se muito mais limitado nas nações periféricas, onde os frutos do trabalho social, ainda que sejam produzidos em volumes crescentes pelo sistema econômico nacional, permanecem confiscados em primeira ordem pelas necessidades do capital nacional e internacional, os quais perseguem seus interesses em regime de solidariedade e devem sempre privilegiar a sua reprodução ampliada. Evidentemente, o espaço de manobra para pretensões redistributivas da classe trabalhadora é residual, mesmo são estabelecidas conjunturas política ou economicamente favoráveis, que permitam a acumulação de forças pela classe trabalhadora em espaços sociais relevantes.

A aplicação destes fundamentos sobre o discurso Novo Desenvolvimentista permitiu evidenciar importantes divergências e fragilidades. Nesta visão, não se assume propriamente uma perspectiva de classe - a categoria das classes sociais será utilizada tão somente para referir-se a grupos diferenciados por critérios econômicos (proletariado urbano, burguesia industrial, burguesia rentista, burocracia estatal), com baixo grau de problematização sobre as relações que constituiriam a base desta diferenciação ou de seu papel na orientação da prática social a cada um destes grupos. O lugar de destaque será dado para a perspectiva da nação e do desenvolvimento enquanto um “Projeto Nacional”. Como pressuposto, incorpora-se a noção de que existem neste nível de análise interesses nacionais e supraclassistas, que devem ser priorizados em relação aos pontos de vista particulares dos diferentes grupos, com o intuito de proporcionar benefícios comuns. Além disso, assume-se a dependência como um elemento externo corporificado no imperialismo e na sua ideologia de dominação – o liberalismo econômico – que é propagandeada para as nações periféricas como caminho do desenvolvimento quando na realidade promoveria a desorganização de seus instrumentos de ação coletiva, favorecendo os interesses econômicos das nações ricas.

A ausência da perspectiva de classe e a projeção do imperialismo como elemento externo no Novo Desenvolvimentismo levam esta corrente teórica a incorrer nos mesmos problemas de seus predecessores. Há uma nítida supervalorização do desenvolvimento capitalista, que aqui é identificado como uma meta nacional e supraclassista ante a configuração do mercado mundial enquanto um suposto ambiente competitivo entre nações. O próprio conceito de desenvolvimento, para esta corrente, pulveriza as contradições do modo de produção ao afirmar se tratar de um processo onde compatibiliza-se o crescimento econômico capitalista com a elevação sistemática e sustentada dos padrões de vida da população. A possibilidade da sua ocorrência na periferia é assumida como um pressuposto, sem profundas reflexões acerca das contradições manifestas pelo capitalismo no seu eixo central ou sobre o caráter dependente das estruturas sociais na periferia. Ante a perspectiva do desenvolvimento, ocorre também a subvalorização do antagonismo entre capital e trabalho nas estruturas dependentes, afastando de plano a teoria da superexploração e defendendo-se que os baixos salários poderiam ser mitigados pela conjunção entre o crescimento econômico sustentado movido pelas parcelas modernas e dinâmicas do capital interno.

De outro lado, há também uma nítida supervalorização dos antagonismos entre os agentes identificados com os interesses imperialistas, neste caso as frações das classes

dominantes internas e externas ligadas ao capital financeiro, e os agentes a quem se concede um papel de liderança na promoção dos interesses nacionais, notadamente a burguesia industrial e as frações das classes dominantes ligadas ao capital produtivo. A ausência de uma problematização profunda no diagnóstico Novo Desenvolvimentista sobre os problemas internalizados pela modernização inorgânica e coligada ao capital estrangeiro, típica da periferia industrializada na integração mundial dos sistemas produtivos, e sobre os arranjos organizacionais imperantes no capitalismo financeirizado impede que sejam postos em questão os múltiplos vínculos de solidariedade que são estabelecidos entre o capital produtivo e o capital financeiro, tornando muito menos nítidas as cisões de interesse entre estas frações. Parece pouco importar que a acumulação produtiva no território seja avançada em um panorama de crescente desnacionalização, onde atuam como principais agentes as corporações transnacionais e o capital nacional a elas associado, impondo sobre as decisões econômicas uma lógica externa atinente às grandes cadeias internacionais da produção. Também não incomoda aqueles interlocutores que sejam no panorama atual as próprias corporações transnacionais as principais detentoras de ativos financeiros, superando os fundos de pensão nesta condição, e passando a auferir a maior parte de seus lucros a partir de atividades não operacionais, muitas vezes especulativas (CASTELO, 2009, p. 80-81).

Antes de imergir nestas questões estruturais, o Novo Desenvolvimentismo permanece apenas no nível das discussões macroeconômicas, tributando a escolhas equivocadas de política econômica tomadas desde a direção estatal o malfadado caminho da nação. Naturalmente, será também naquele plano que concentrará seus esforços na construção de um receituário para superar os entraves que enxerga para o desenvolvimento nacional. Nesta inversão de causa e consequência, não consegue enxergar que os distúrbios evidentes no ambiente macroeconômico brasileiro não decorrem somente da falta de conscientização das classes em relação às necessidades nacionais e, por consequência, que a sua reversão não depende apenas da sua “educação ideológica”. O que sugere a análise dependentista é que estes distúrbios são mais um resultado da própria incapacidade de ação do Estado frente a reconfiguração da acumulação no eixo do sistema mundial, expressando seus reflexos na ordem interna através das pressões advindas do seu posicionamento subordinado na trama de relações acumuladas nos períodos precedentes. Torna-se explícita, então, a tendência do Novo Desenvolvimentista em tomar o Estado como uma entidade neutra, ahistórica e externa ao processo social. É evidente que estes pressupostos não se

sustentam, pois se trata de uma instituição concreta que se constitui em meio à rede de relações econômicas que formam os caminhos da acumulação interna, mantendo com elas vínculos fortes de interdependência. Porque estas relações são caracterizadas pelas limitações impostas pela dependência, limita-se conseqüentemente a capacidade de ação do Estado para a determinar de forma autônoma os rumos do processo social.

É por conta disto que, na interpretação dependentista, a ideia de soberania enquanto uma capacidade intrínseca de autodeterminação encontra uma aplicação restringida aos Estados Dependentes, quando comparado com aqueles situados nas regiões dominantes do sistema. Estes gozam apenas de uma “*subsoberania*”. Isto porque, ademais dos vínculos de subordinação direta do próprio Estado em relação ao capital internacional, como ocorre pela necessidade de refinar a dívida pública, as relações materiais de poder que dão sentido à sua ação são atravessadas pelos vínculos irredutíveis de subordinação das classes dominantes locais ao capital controlado pelos países imperialistas. A necessidade de as classes dominantes locais reproduzirem-se enquanto tais faz com que os projetos políticos dominantes assumam sempre uma feição associada/subordinada aos interesses externos, impedindo que possam integrar-se ao redor de projetos propriamente nacionais. Os conflitos de interesse eventualmente existentes entre os vértices, então, devem ocorrer nos termos de uma cooperação antagônica, onde a correlação de forças entre dominador e dominado ocorre em um espaço restrito no qual o capital interno negocia a autonomia relativa para seus interesses, mas sem contestar em âmbito estrutural a subordinação a qual está sujeito.

O conjunto das limitações teóricas apresentadas permite finalmente concluir acerca da natureza do projeto Novo Desenvolvimentista para a sociedade brasileira. Não se trata de um projeto capaz de romper com os laços da dependência, e nem de contestar de forma substancial a posição de dominância do capital financeiro internacional no padrão de reprodução. Constitui-se somente como um emissário da insatisfação de parcelas do capital excluídas do presente padrão de dominação, dando voz a objeções que se enquadram completamente nos marcos da cooperação antagônica entre o capital interno e o capital internacional, sem contestar os termos da dominação. Nestes termos, o que sugere a proposta Novo Desenvolvimentista é uma composição entre as frações dominantes para alterar entre elas a distribuição do fruto do trabalho social, com pouco potencial emancipatório para as classes dominantes. A estas, pode oferecer concessões econômicas em troca do apoio político às pretensões da coalizão Novo Desenvolvimentista. Entretanto, ainda que fossem implementadas as promessas desta coalizão em relação ao

restabelecimento da acumulação produtiva no novo padrão, permaneceriam os termos da inserção desfavorável à classe trabalhadora: o padrão de reprodução permanece marcado pela exogenia econômica, pela alienação dos centros de tomada de decisão, pela proeminência das grandes corporações transnacionais no espaço econômico nacional e pela mediação entre os interesses em jogo por um Estado de Classe capturado pelo profundo compromisso com a manutenção das condições gerais da acumulação.

REFERÊNCIAS

- ALVES, G. Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil: precarização do trabalho e redundância salarial. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 188-197, dez. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v12n2/08.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2017.
- ARRIGHI, G. **O longo século XX**. Tradução de Vera Ribeiro. São Paulo: Ed. Unesp, 1996.
- BAMBIRRA, V. **Teoria de la dependencia: una anticritica**. México, DF: ERA, 1978.
- BIANCHI, A. O marxismo fora do lugar. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 9, n. 16, p. 177-204, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2010v9n16p177/12309>>. Acesso em: 18 abr. 2017.
- BIELSCHOWSKY, R. Cinquenta anos de pensamento da cepal. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinquenta anos de pensamento da CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- BOITO JÚNIOR, A. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.
- _____. A burguesia no governo Lula. In: BASUALDO, E. M.; ARCEO, E. (Comp.). **Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales**. Buenos Aires: CLACSO, ago. 2006. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101101023845/basualdo.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2017
- BRESSER-PEREIRA, L. C. **Estado e subdesenvolvimento industrializado: esboço de uma economia política periférica**. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- _____. **O colapso de uma aliança de classes: a burguesia e a crise do autoritarismo tecnoburocrático**. São Paulo: Brasiliense, 1978.
- _____. Financiamento para o subdesenvolvimento: o Brasil e o Segundo Consenso de Washington. In: CASTRO, A. C. (Org.). **Desenvolvimento em debate: painéis do desenvolvimento brasileiro I**. Rio de Janeiro: MAUAD : BNDES, 2002. v. 2.
- _____. Macroeconomia do Brasil Pós-1994. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 21, n. 40, p. 7-38, 2003a. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/1984/TD131.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 14 out 2016
- _____. O Segundo Consenso de Washington e a quase-estagnação da economia brasileira. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 3-34, 2003b. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/91-1.pdf>>. Acesso em: 22 abr 2017.

_____. **O conceito de desenvolvimento do ISEB discutido.** São Paulo: Ed. FGV, ago. 2004a. (Textos para Discussão, n. 137). Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v47n1/a02v47n1.pdf>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Novo desenvolvimentismo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 17 set. 2004b. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1909200411.htm>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

_____. Do ISEB e da CEPAL à Teoria da Dependência. In: TOLEDO, C. N. (Org.). **Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB.** Rio de Janeiro: Revan, 2005.

_____. O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 5-24, jul./set. 2006. Disponível em: <https://gvpesquisa.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/bresser_-_novo_desenvolvimento_e_a_ortodoxia.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2017.

_____. **Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina.** São Paulo: Ed. FGV, 2010. (Texto para discussão, 274). Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/7726/TD%20274%20-%20Luiz%20Carlos%20Bresser%20Pereira.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 27 abr. 2017.

_____. Brasil, sociedade nacional-dependente. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 93, p. 101-121, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n93/n93a08.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2017

_____. Reflexões sobre o novo desenvolvimentismo e o desenvolvimentismo clássico. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 237-265, abr./jun. 2016a. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v36n2/1809-4538-rep-36-02-00237.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2017.

_____. Teoria Novo-Desenvolvimentista: uma síntese. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 19, p. 145-165, jul./dez. 2016b. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2016/311-Sintese-Teoria-Novo-Desenvolvimentista-CCF.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

_____. **A construção política do Brasil: sociedade, economia e Estado desde a Independência.** 3. ed. São Paulo: Ed. 34, 2016c.

_____.; GOMES, C. O regime de metas de inflação no Brasil e a armadilha da taxa de juros/taxa de câmbio. In: OREIRO, J. L.; PAULA, F. L.; SOBREIRA, R. (Org.). **Política monetária, bancos centrais e metas de inflação.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009. v. 1.

_____.; MARCONI, N.; OREIRO, J. A doença holandesa. In: _____. **Globalização e competição: por que alguns países emergentes têm sucesso e outros não.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

_____.; NAKANO, Y. Crescimento econômico com poupança externa? **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 23, n.2, p. 3-27, 2003. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/90-1.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

CAMPOS, F. A. **A arte da conquista**: o capital internacional no desenvolvimento capitalista brasileiro (1951-1992). 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

CARCANHOLO, M. D. (Im)precisões sobre a categoria superexploração da força de trabalho. In: ALMEIDA FILHO, N. (Org.). **Desenvolvimento e dependência**: cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília, DF: Ipea, 2013.

CARCANHOLO, M. D. **Vulnerabilidade econômica do Brasil**: abertura externa a partir dos anos 1990. São Paulo: Idéias e Letras, 2005.

CARVALHO, F. J. C.; SICSÚ, J. Controvérsias recentes sobre controles de capitais. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 163-184, 2004. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/Terceiros/Cursos/2011/Carvalho,Fernando_Cardim_2006_Controversias_recents_sobre.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2017.

CASTELO, Rodrigo. O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano. **OIKOS**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 71-91, 2009. Disponível em: <<http://www.revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/view/132/111>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

_____. O canto da sereia: socialliberalismo, novo desenvolvimentismo e supremacia burguesa no capitalismo dependente brasileiro. **Em Pauta**, v. 11, n. 31, p. 11-138, 2013. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/7562/5499>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

CURADO, M. Industrialização e desenvolvimento: uma análise do pensamento econômico brasileiro. **Economia & Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 3, p. 609-640, dez. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v22n3/02.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2017.

DIAS, M. F. **Do estruturalismo da Cepal à Teoria da Dependência**: continuidades e rupturas no estudo do desenvolvimento periférico. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

DUMENÍL, G.; LEVY, D. **A crise do neoliberalismo**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2014.

FILGUEIRAS, L. **História do Plano Real**. São Paulo: Boitempo, 2000.

_____. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: BASUALDO, E. M.; ARCEO, E. (Comp.). **Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales**. Buenos Aires: CLACSO, ago. 2006. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101101023845/basualdo.pdf>>. Acesso em: 15 jun 2017.

FIORI, J. L. **O vôo da Coruja: para reler o desenvolvimentismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

FONSECA, P. C. D. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. **Pesquisa e Debate**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 225-256, 2004. Disponível em: <http://professor.ufrgs.br/pedrofonseca/files/genese_e_precursores_do_developimentismo_no_brasil.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2017.

FRANK, A. G. **Latin America: underdevelopment or revolution**. London: Monthly Review Press, 1969.

_____. Desenvolvimento do subdesenvolvimento latino-americano. In: PEREIRA, L. (Org.). **Urbanização e subdesenvolvimento**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FRISTCHE, M. Apresentação. In: SICSÚ, J.; PAULA, L. F.; MICHEL, R. (Org.). **Novo-desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social**. Barueri: Manole; Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005.

FURTADO, C. O Subdesenvolvimento revisitado. In: AGUIAR, R. F. (Org.). **Essencial Celso Furtado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

GENNARI, A. M. Globalização, neoliberalismo e abertura econômica nos anos 1990. **Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 13, n. 1(21), p. 30-45, 2001. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/pur/files/2011/04/Globaliza%C3%A7%C3%A3o-e-neoliberalismo-abertura-econ%C3%B4mica-no-Brasil-anos-90.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

GUIMARÃES JÚNIOR, M. C. P.; LOPES, T. C. O desenvolvimento desigual e combinado - paralelos entre as obras “História da Revolução Russa” de Trotsky e “Dialética da Dependência” de Ruy Mauro Marini. **Rebela: Revista Brasileira de Estudos Latinoamericanos**, v. 6, n. 2, p. 396- 410, maio/ago. 2016. Disponível em: <<https://rebela.emnuvens.com.br/pc/article/view/267/660>>. Acesso em: 10 dez. 2017

GURRIERI, A. Vigencia del Estado planificador en la crisis actual. **Revista de la CEPAL**, Santiago de Chile, n. 31, p. 201-2018, abr. 1987. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/11659/031201217_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 maio 2017.

HADLER, J. P. T. C. **Dependência e superexploração: os limites das reflexões de Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini sobre a problemática do desenvolvimento dependente**. 2013. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

_____. **O novo imperialismo**. Tradução de Abigail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. **Os limites do capital**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2013.

HERMANN, J. Reformas, endividamento externo e o “milagre econômico”. In: GIAMBIAGI, F. et al. (Org.). **Economia brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

HERMANN, J. et al. Ascensão e queda da política fiscal: de Keynes ao “autismo fiscal” dos anos 1990-2000. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 34., 2006, Salvador. **Anais....** Niterói: ANPEC, 2006. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2006/artigos/A06A152.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2017.

HILFERDING, R. **Finance capital: a study of the latest phase of capitalist development**. London: Routledge & Kegan Paul, 1981.

JAGUARIBE, H. **Introdução ao desenvolvimento social: as perspectivas liberal e marxista e os problemas da sociedade não repressiva**. Brasília, DF: FUNAG, 2013.

KAY, C. André Gunder Frank: from the 'development of underdevelopment' to the 'world system'. **Development and Change**, Oxford, v. 36, n. 6, p. 117-1183, 2005.

KORSCH, K. Fundamentos de una teoría revolucionaria de las crisis. In: _____. et al. **Derrumbe del capitalismo o sujeto revolucionario?** México: Pasado y Presente, 1978.

KÓSIK, K. **A dialética do concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LÊNIN, V. **Imperialism, the highest stage of capitalism**. Moscow: Progress Publishers, 1974.

LOUREIRO, F. P. A aprovação da lei de limitação de remessa de lucros no governo Goulart e o empresariado nacional e estrangeiro (1961-1964). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 36, n. 71, p. 155-177, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v36n71/1806-9347-rbh-36-71-00155.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2107.

LUCE, M. S. **A Teoria do Subimperialismo em Ruy Mauro Marini**. 2011. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

_____. Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora? **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v.11, n.1, p. 169-190, jan./abr.

2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v11n1/a10v11n1.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2017.

MACHADO, H. A resignificação da dependência no novo-desenvolvimentismo brasileiro. **Ponto de Vista**, Rio de Janeiro, n. 9, p. 1-39, set. 2013. Disponível em: <<http://neic.iesp.uerj.br/pontodevista/pdf/Ponto%20de%20Vista%20N.9,%20setembro%202013.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2017.

MARINI, R. M. Estado y Crisis en Brasil. **Cuadernos Políticos**, México (Cidade), n. 13, p. 76-84, jul./set. 1977.

_____. La acumulación capitalista dependiente y la superexplotación del trabajo. **Cuaderno Universitario**, El Dorado, n. 2, p. 1-10, 1981. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/043_acumulacion_superexplotacion.html>. Acesso em: 10 maio 2017.

_____. La crisis del desarrollismo. In: _____. et al. (Org.). **La teoría social latinoamericana**. Tomo 2 (Subdesarrollo y dependencia). México (Cidadad): El Caballito, 1994.

_____. Dialética da Dependência. In: SADER, E. (Org.). **Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini**. Petropolis: Vozes, 2000.

_____. Sobre a Dialética da dependência. In: STÉDILE, J. P.; TRASPADINI, R. (Org.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____. O ciclo do capital na economia dependente. In: FERRERIA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. et al. (Org.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARINI, R. M. **Subdesenvolvimento e revolução**. 5. ed. Florianópolis: Insular, 2014.

MARTINS, C. E.; VALENCIA, A. S. Teoria da dependência, neoliberalismo e desenvolvimento: reflexões para os 30 anos da teoria. **Lutas Sociais**, São Paulo, v.7, p. 115-129, mar. 2001. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18781/13965>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução de Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **O capital: crítica da economia política: o processo de produção do capital**. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. L. 1.

MATTEI, L. Gênese e agenda do Novo Desenvolvimentismo brasileiro. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 33, n. 1(130), p. 41-59, jan./mar. 2013. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/PDF/130-3.PDF>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

MESZAROS, I. **The power of ideology**. London: Zed Books, 2005.

MOLLO, M. L. R. Desenvolvimentismo, inclusão social e o papel do Estado. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 19, p. 131-149, jul./dez. 2016. Disponível em: <http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/8/pdf_1>. Acesso em: 15 jun. 2017

_____.; AMADO, A. M. O debate desenvolvimentista no Brasil: tomando partido. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 1, p. 1-28, abr. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v24n1/0104-0618-ecos-24-01-00001.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

_____.; FONSECA, P. C. D. Desenvolvimentismo e novo-desenvolvimentismo: raízes teóricas e precisões conceituais. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 33, n. 2 (131), p. 222-239, abr./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v33n2/a02v33n2.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

OCAMPO, J. A. La crisis latinoamericana de la deuda a la luz de la historia. In: _____. et al (Org.). **La crisis latinoamericana de la deuda desde la perspectiva histórica**. Santiago de Chile: CEPAL, 2014.

OFFE, C.; RONGE, V. Teses sobre a fundamentação do conceito de Estado Capitalista e sobre a pesquisa política de orientação materialista. In: _____. et al. **Problemas estruturais do estado capitalista**. Tradução de Bárbara Freitag. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OREIRO, J. L. Novo-desenvolvimentismo, crescimento econômico e regimes de política monetária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 26, n. 75, p. 29-40, 2012a. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v26n75/03.pdf>>. Acesso em: 12 mai. 2017.

_____.; MARCONI, N. O Novo-Desenvolvimentismo e Seus Críticos. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 19, p. 167-179, jul./dez. 2016. Disponível em: <http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/10/pdf_1>. Acesso em: 17 mai. 2017.

_____.; FEIJO, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 219-232, jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572010000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 jun. 2017.

OREIRO, J. L.; SICSÚ, J. PAULA, L.F. Controle da dívida pública e política fiscal: uma alternativa para um crescimento auto-sustentado da economia brasileira. In: FEIJO, C.; FERRARI FILHO, F.; CARVALHO, F. J. C. (Org.). **Agenda Brasil: políticas econômicas para o crescimento com estabilidade de preços**. Barueri: Manole, 2003.

OSÓRIO, J. **Explotación redoblada y actualidad de la revolución**. México (Ciudad): Itaca : UAM-Xochimilco, 2009.

_____. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERRERIA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. et al. (Org.). **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. Fundamentos da Superexploração. In: ALMEIDA FILHO, N. (Org.). **Desenvolvimento e dependência**: cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília, DF: Ipea, 2013.

_____. **O Estado no centro da mundialização**: a sociedade civil e o tema do poder. Tradução de Fernando Correa Prado. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

PAULA, L. F. R. Una Alternativa en Materia de Política Económica para el Brasil pos Fernando Henrique Cardoso. **Diálogo Político**, Buenos Aires, n. 2, p. 53-80, 2003. Disponível em: <<http://www.luizfernandodepaula.com.br/ups/alternativa-de-politica-economica-para-brasil.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2017.

_____. Repensando o desenvolvimentismo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 47-58, jul./set. 2006.

PAULANI, L. M. **Brasil delivery**: servidão financeira e estado de emergência econômico. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____.; PATO, CGG. Investimentos e servidão financeira: o Brasil no último quarto de século. In: PAULA, J. A. (Org.). **Adeus ao desenvolvimento**: a opção do governo Lula. São Paulo: Autêntica, 2005.

PAZELLO, R. P. Contribuições metodológicas da teoria marxista da dependência para a crítica marxista ao direito. **Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 7, p. 540-574, 2016. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/21633/15909>>. Acesso em: 10 dez. 2017

PFEIFER, M. Bresser-Pereira e o Pacto Neodesenvolvimentista. **Temporais**, Brasília, DF, ano 13, n. 26, p. 11-36, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/6066/4946>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

PINTO, A. Natureza e implicações da heterogeneidade estrutural. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinquenta anos de pensamento da CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**. Tradução de Francisco Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

PRADO, F. C. **A ideologia do desenvolvimento e a controvérsia da dependência no Brasil**. 2015. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

PRESBICH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinquenta anos de pensamento da CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SALM, C. Estagnação econômica, desemprego e exclusão social. In: SICSÚ, J.; PAULA, L. F.; MICHEL, R. (Org.). **Novo-desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social**. Barueri: Manole; Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005.

SAMPAIO JÚNIOR, P. S. A. **Padrão de reciclagem da dívida externa e política econômica do Brasil em 1983 e 1984**. 1988. Dissertação (Mestre em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1988.

_____. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 672-688, out./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n112/04.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

SANTOS, T. **Teoria da dependência: balanço e perspectivas**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2000.

_____. El desarrollo latinoamericano: pasado, presente y futuro: un homenaje a André Gunder Frank. **Tendencias**, San Juan de Pasto, v. 7, n. 2, p. 139-166, 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.unam.mx/index.php/pde/article/view/29237/27181>>. Acesso em: 8 dez. 2017.

_____. **Imperialismo y dependencia**. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011. (Claves Políticas de América, n. 5).

SICSÚ, J. Flutuação cambial e taxa de juros no Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 22, n. 3, p. 132-137, 2002. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/PDF/87-8.PDF>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

_____. **Planejamento estratégico do desenvolvimento e as políticas macroeconômicas**. Brasília, DF, IPEA, 2008. (Texto para discussão, 1346). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1346.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2017.

_____.; PAULA, L. F.; MICHEL, R. Porque novo-desenvolvimentismo? In: _____.; _____.; _____. (Org.). **Novo-desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social**. Barueri: Manole; Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005.

SILVA, J. C. F.; MICHEL, R. A macroeconomia da concentração de renda e da estagnação. In: SICSÚ, J.; PAULA, L. F.; MICHEL, R. (Org.). **Novo-desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social**. Barueri: Manole; Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005.

STUCHI, C. G. **Fundamentos para uma Teoria Realista do Estado**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2015.

TAVARES, M. C. O Processo de substituição de importações como modelo de desenvolvimento na América Latina: o caso do Brasil. In: CORREA, V. P.; SIMONI, M. (Org.). **Desenvolvimento e igualdade**. Rio de Janeiro: IPEA, 2011.

TOJAL, S. B. **Teoria geral do estado**: elementos para uma nova ciência social. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

TOLEDO, C. N. **ISEB**: fábrica de ideologias. 2. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.